

A Economia Política Internacional construída como subárea das Relações Internacionais¹

Janina Onuki²

Não circular ou citar sem a autorização da autora.

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar a trajetória da Economia Política Internacional (EPI), constituída como subárea de estudos das Relações Internacionais (RI). Pretende-se também fornecer subsídios para compreender o estado-da-arte da EPI como campo de pesquisa e estudo no Brasil. A primeira parte retoma o processo de emergência da EPI no campo de estudo interdisciplinar das RI. A segunda busca compreender de que forma a EPI se articulou aos estudos de área no marco das relações internacionais. A terceira e quarta partes procuram entender a presença da EPI nos estudos de RI no Brasil. A última seção trata de sistematizar os desafios interdisciplinares da EPI.

Sumário

1. Introdução
2. A emergência e a evolução da EPI na área de Relações Internacionais
3. A EPI nos estudos de área ou os estudos de área na EPI
4. O prestígio da EPI no Brasil
 - A preponderância da EPI sobre outras combinações interdisciplinares
 - Raízes históricas da preponderância da EPI nas Relações Internacionais
 - EPI como área eminentemente interdisciplinar
4. EPI nos programas de graduação e pós-graduação no Brasil
6. O futuro da área de EPI: desafios interdisciplinares
7. Referências Bibliográficas

¹ Artigo preparado para concurso público para provimento do cargo de Professor Titular, em regime de dedicação integral à docência e à pesquisa (RDIDP), na área de conhecimento Economia Política Internacional, do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (2017).

² Professora Titular do Instituto de Relações Internacionais da USP, pesquisadora do Centro de Estudos das Negociações Internacionais (Caeni-USP).

1. Introdução

Este artigo procura apresentar a trajetória da Economia Política Internacional (EPI) como subárea de estudos das Relações Internacionais (RI). O objetivo fundamental desta apresentação é fornecer subsídios para compreendermos, mesmo que de forma breve, o estado-da-arte da EPI como campo de pesquisa e estudo no Brasil e, mais particularmente, nos programas de Relações Internacionais acadêmicos no País.

O texto está dividido em cinco partes principais. A primeira parte retoma o processo de emergência da EPI no campo de estudo interdisciplinar das RI. Procura-se, nesta seção, compreender em que momento os estudos de política e economia internacional passam a se combinar para constituir um instrumental analítico importante das Relações Internacionais. Trata-se de examinar, ainda nesta primeira parte, a evolução da EPI, tanto do ponto de vista substantivo, quanto metodológico. Mostra-se, aqui, a constituição plural da EPI tanto como método de pesquisa quanto como objeto de estudo.

A segunda parte tem um foco mais específico. Trata-se de compreender de que forma a EPI se articulou aos estudos de área no marco das Relações Internacionais. A ênfase específica justifica-se pelo diagnóstico de que os estudos de área merecem ser mais prestigiados no campo das RI e há espaço para esta expansão. Neste sentido, a EPI fornece, como se verá, instrumental analítico capaz de valorizar os estudos de área, superando um tônus meramente descritivo.

A terceira parte procura entender a presença da EPI nos estudos de RI no Brasil. Ênfase especial será dada à presença da EPI nos estudos sobre análise de política externa (APE). A quarta parte, com base nos subsídios fornecidos pelas seções anteriores, busca compreender o estado-da-arte da EPI como campo de pesquisa na academia brasileira. A análise será feita, em especial, tomando como base o mapeamento da EPI nos programas de pós-graduação no País. A última seção trata de sistematizar os desafios interdisciplinares da EPI.

2. A emergência e a evolução da EPI na área de Relações Internacionais

Os estudiosos sobre o tema convergem em apontar o pós-Segunda Guerra Mundial como ponto de partida da emergência da EPI no interior do campo de estudos das Relações Internacionais. Assim como apontam a década de setenta como o período de consolidação desta subárea interdisciplinar (Cohen, 2008). É, portanto, recente a construção de um campo que tem buscado criar pontes entre disciplinas que oferecem instrumentos e combinam fatores domésticos e externos para melhor compreender a economia mundial (Lake, 2006).

Como de praxe, a emergência dos estudos de EPI foi uma resposta aos fenômenos decorrentes do pós-Guerra que demandavam uma compreensão sobre o papel da economia na política e vice-versa, assim como a compreensão sobre o papel do Estado no mercado e vice-versa. Ao fim da Segunda Guerra, as instituições, nacionais e internacionais, foram desenhadas no sentido de prover regras de mercado (nacionais e internacionais) que pudessem funcionar instrumentalmente como protetores de novas crises econômicas e políticas.

É neste marco que passa a ficar claro aos formuladores de política, e em decorrência aos estudiosos, a relação de interdependência entre a política nacional/internacional, a economia nacional/internacional e as instituições e atores nacionais/internacionais. E será desse embricamento que surgirá o campo analítico da Economia Política Internacional, a partir da síntese de várias abordagens que partem do entendimento da economia política como uma metodologia para compreender a interação entre as variáveis econômicas e políticas que subsidiam, tanto as preferências dos indivíduos, quanto a construção das instituições (Weingast and Wittman, 2006).

Curiosamente (ou não), a origem e consolidação da EPI como campo de estudo é sincrônica à origem e consolidação da Análise de Política Externa (APE) como campo descolado dos estudos das teorias de Relações Internacionais. Os fundamentos explicativos da emergência da APE e da EPI são muito similares e recaem sobre a erosão das fronteiras entre o interno (doméstico) e o externo (internacional) mediado pelo Estado, e o adensamento da interdependência econômica.

O surgimento e a aproximação entre EPI e APE ocorrem justamente na tentativa de compreender as mudanças e os fatores determinantes do processo decisório em política

externa e de como as variáveis econômicas passam a impactar diretamente este processo (Katzenstein, 1976). Para a APE, constituída, em vários programas, como uma subárea da Política Comparada, a ideia prevalecente – em contraposição à perspectiva Realista das teorias de Relações Internacionais – partia da influência de fatores domésticos no processo decisório da política externa (Sten and Guzzini, 2002).

EPI e APE evoluíram juntas e hoje têm forte inserção institucional no campo das Relações Internacionais. Alguns autores marcam essa aproximação de forma seminal, como o modelo de análise dos jogos de dois níveis de Robert Putnam (Putnam, 1988), a proposta de Helen Milner no desenvolvimento de uma análise específica para compreender as relações entre atores domésticos, a partir dos efeitos distributivos provocados pela cooperação entre os países (Milner, 1997). Destaca-se também o trabalho de Lisa Martin que busca compreender o papel do Congresso nas negociações internacionais entre países democráticos (Martin, 2000).

No plano substantivo, a EPI ocupou-se nos primeiros estudos, em compreender o papel de regras e organizações internacionais como instrumentos de estabilização política e de segurança. Incluem-se aqui, as instituições de comércio, finanças, de investimentos e de desenvolvimento econômico. Entende-se, neste sentido, a centralidade dos estudos do papel de instituições internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, GATT) e regimes internacionais. (Martin, 2015).

São vários os recortes específicos desses estudos que a literatura dá conta de apresentar. Várias abordagens epistemológicas dão conta de cobrir um conjunto de temas, como as motivações da emergência dos regimes, a adesão e participação nesses regimes³ (Goldstein, Rivers and Tomz, 2007), a análise sobre a dinâmica de *compliance* (Kahler, 2004), o papel das lideranças no estabelecimento de regimes internacionais, vinculado à Teoria da Estabilidade Hegemônica, derivada da literatura sobre ação coletiva (Snidal, 1985; Milner, 1998), a relação entre a governança global e regional (Thompson, 2007), e assim por diante.

³ Minha tese de livre docência, defendida em setembro de 2011, busca compreender os fatores domésticos determinantes da adesão dos países aos regimes internacionais de segurança. Ver: Onuki, Janina (2016). **O elo entre regimes políticos domésticos e regimes internacionais**. Curitiba: Editora CRV.

É também neste contexto que se deve compreender a centralidade que adquiriu, para a EPI, os estudos sobre as relações entre centro/periferia e norte/sul como parte da divisão do trabalho na economia internacional (Gunder Frank, 1983). Os estudos brasileiros de EPI e APE foram em grande medida influenciados por esta dinâmica. A teoria da dependência partia da ideia de que a economia e as perspectivas de desenvolvimento nos países em desenvolvimento (da periferia) eram condicionadas pela economia global dominada pelos países desenvolvidos (do centro) (Wallerstein, 2004).

Na década de 1990 e nos anos 2000, o equivalente funcional deste debate esteve centrado nos estudos do papel de arranjos e coalizões internacionais revisoras da governança global, como BRICS e IBAS⁴. Nestas últimas décadas, influenciadas pelo debate sobre as consequências do fenômeno da globalização, novas agendas no campo da EPI ganharam projeção, abrindo oportunidade para discussões que ocorrem sob um contexto de mudança, tipificada por Hurrell (2007) como *progressive enmeshment*.

No início do século XXI consolida-se a percepção, entre estudiosos e tomadores de decisão, de que a multipolarização do sistema internacional deixa de ser um cenário prospectivo e passa a ser uma realidade. Neste contexto torna-se inexorável o redirecionamento do foco analítico dos estudos sobre governança global, vinculados à EPI, com um redirecionamento das investigações sobre o papel dos regimes e organizações multilaterais, especialmente sob a ótica do papel das potências emergentes como atores chave desse novo formato de governança mundial.

Além da desconcentração de poder, a governança global enfrenta o desafio da amplificação vertiginosa dos temas que passam a ser regulados também no plano dos regimes e organizações multilaterais. Como resultado, ampliam-se as demandas para que os estudos de Relações Internacionais contemplem questões relacionadas à sobreposição de normas internacionais, à compatibilização entre as normas internacionais e as regulamentações domésticas⁵, aos efeitos da interdependência

⁴ Uma revisão sobre o tema de coalizões pode ser vista em: Oliveira, A., Onuki, J. e Galdino Pereira, Manoel. Modelos espaciais na teoria de coalizões internacionais: perspectivas e críticas. **Revista BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, nº 61, 1º semestre de 2006. São Paulo: ANPOCS, pp. 71-89.

⁵ Uma das temáticas em que a discussão da sobreposição das regras internacionais sobre regulamentação doméstica ganha maior destaque refere-se aos regimes de meio ambiente. Neste tema, tenho coordenado

temática (*linked issues*) na concepção e gestão de normas internacionais, aos desafios de processos decisórios multilaterais mais includentes etc.

Nos anos 2000, ganhou espaço o tema do papel das potências emergentes na governança global. A transição da década de 1980 para a década de 1990 foi marcada pela indefinição de polaridades, conhecida como período de “polaridades indefinidas” (Huntington, 1992). A primeira década dos anos 2000, por sua vez, foi marcada por ensaios de emergência de poderes desafiadores de potências consolidadas.

É neste contexto que vários níveis de análise, tanto de caráter macro (como o entendimento de comportamento e da posição do País na economia internacional), quanto micro (como a formação de preferências domésticas sobre as negociações econômicas internacionais em curso), foram retomados pela Economia Política Internacional, a fim de melhor compreender as reações de diferentes governos, em particular dos países em desenvolvimento, às consequências do processo da globalização (Stiglitz, 2002), buscando identificar mecanismos causais que associam o processo de internacionalização às políticas domésticas (Rogowski, 1989), e a difusão de políticas como políticas públicas internacionais (Simmons and Elkins, 2004). Os estudos sobre o Brasil, com ênfase na perspectiva comparada, ganharam projeção exatamente neste período.

Claramente trata-se de um campo de conhecimento globalizado, atraído nas últimas décadas pela força gravitacional da EPI americana. Os modelos de análise e as diferentes abordagens foram definidos pela forma de inserção do país (ou região) na geografia do poder econômico internacional que condicionaram a formulação da problemática, da agenda de pesquisa e das aspirações explicativas dos estudos acadêmicos⁶.

desde 2016, projeto de pesquisa com financiamento (e concessão de 5 bolsas de Iniciação Científica) do Programa Santander Universidades/USP: Onuki, Janina e Cândia Veiga, João Paulo (2016). **Biodiversidade em Países Megadiversos: O Papel dos Atores Não Estatais no Processo de Implementação do Marco Regulatório Público.**

⁶ Sobre a discussão da constituição e os desdobramentos da EPI no Brasil, ver: Sola, Lourdes e Onuki, Janina (2016). **Ciência Política e Economia Política Internacional: redesenhando (e transpassando) fronteiras.** Artigo a ser publicado nos Anais de Comemoração dos 100 anos da Academia Brasileira de Ciências. Apresentação no Simpósio “Desafios para a Ciência e Tecnologia no Brasil”. São Paulo: FAPESP, 23 de novembro de 2016.

3. A EPI nos estudos de área ou os estudos de área na EPI

Os Estudos de Área (EA) são aqueles devotados à pesquisa de um determinado país ou de uma determinada região. Incluem-se neste grupo, os estudos sobre regionalismo e integração regional. Não há, para além dos recortes geográficos, especificações sobre a natureza substantiva ou metodológica deste tipo de estudo.

Os estudos de área tiveram, ao longo da história da constituição das relações internacionais como campo de estudo, momentos de alta e baixa em termos de prestígio (Bates, 1997). Sem a pretensão de apresentar em termos evolutivos quais foram esses momentos, vale a mencionar os argumentos a favor e contra os estudos de área (EA).

No campo positivo pesa o fato dos EA serem *policy oriented*, ou seja, fornecem subsídios para a formulação de políticas públicas na área externa. Os governos poderiam contar, nesta linha de argumentação, com especialistas na formulação de estratégias diplomáticas voltadas a determinados países ou região, seja no plano bilateral ou multilateral.

Isso explica, em grande medida, a presença importante de centros e institutos de pesquisa especializados em áreas geográficas, tanto nos EUA quanto na Europa. Explica também a presença de políticas de atração de pesquisadores dos mais diversos países do mundo para fim de desenvolvimento de estudos de área (Tickner and Waeber, 2009).

O Brasil desenvolveu estratégia similar, mas de forma muito mais tímida. Não se tem notícia de uma política estratégica, desenvolvida em plano nacional, sobre o desenvolvimento de estudos de áreas como forma de dar suporte à política externa. O mais próximo disto é a estrutura organizacional do Itamaraty em forma de áreas geográficas. Não se pode descartar a possibilidade de que, tendo em vista a estrutura do Itamaraty, o país prescindiu de um aporte acadêmico por área. Não apenas neste item – estudos de área –, é sabido o quanto o desenvolvimento da área de Relações Internacionais no Brasil foi marcado pela presença dos diplomatas.

No plano acadêmico, embora os departamentos, institutos e centros acadêmicos de relações internacionais possuam EA, não há propriamente uma grande ênfase e sistematicidade neste tipo de estudos. Vale registrar, dentre poucos centros com esta

dedicação exclusiva, o Núcleo de Análise Interdisciplinar de Políticas Públicas e Estratégia da Universidade de São Paulo (NAIPPE/USP), fundado na década de 1990 e também, a presença dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs) que, por iniciativa do CNPq, criaram centros especializados em diversas áreas do conhecimento.

No campo oposto, os EA foram criticados pela sua natureza fundamentalmente descritiva, pela ausência de preocupação com o uso de recursos metodológicos capazes de enfrentar as preocupações com a causalidade na condução desses estudos. Neste sentido, os EA padeciam dos problemas inerentes aos estudos de caso de uma forma geral. Essas críticas foram reforçadas especialmente na década de 1990 nos Estados Unidos, quando as Relações Internacionais e a Ciência Política passaram a prestigiar os estudos orientados para compreender a causalidade nos moldes das ciências duras. É nesta combinação, entre elementos críticos e positivos, que se pode compreender o papel da EPI nos EA. Assim como nos casos de estudos de área, é possível usar recursos metodológicos de forma a imprimir aos Estudos de Área preocupações com inferência e causalidade. Um exemplo deste recurso é a escolha de fenômenos que tenham variabilidade intrínseca e, como consequência, elementos para estudos inferenciais. Isso permite a utilização de instrumentos metodológicos da EPI nos EA.

4. O prestígio da EPI no Brasil

O prestígio da Economia Política Interdisciplinar (EPI) é, como campo interdisciplinar, crescente no Brasil. Os indicadores deste crescimento são fartos e passam pela centralidade de EPI nos programas de graduação e pós-graduação em Relações Internacionais (RI), no financiamento da produção e na produção científica, na qualidade de trabalhos apresentados em seminários acadêmicos nacionais e internacionais e na centralidade das áreas temáticas das associações acadêmicas especializadas de RI e áreas afins⁷.

⁷ No Brasil, além dos Programas de Ciência Política e Mestrados Profissionais em Políticas Públicas, integram o Comitê de Ciência Política e Relações Internacionais da CAPES, onze programas de pós-graduação em Relações Internacionais dois de Estudos Estratégicos, um de Economia Política Internacional (UFRJ) e um de Integração Contemporânea da América Latina (UNILA). Podemos observar que Economia Política Internacional (EPI) é tema das áreas de concentração de sete destes Programas.

Embora a concepção de RI como área disciplinar autônoma seja uma ideia em disputa, é ponto pacífico que EPI é, por definição, um esforço interdisciplinar que congrega ciência política, economia e a área internacional. Cabe-nos compreender as razões pelas quais esta combinação específica de disciplinas ganhou tanto prestígio no meio internacional e nacional. Geopolítica, geoeconomia, economia jurídica, história do direito internacional poderiam, dentre tantas outras, terem sido alçadas ao mesmo nível de prestígio de EPI. Cabe-nos, além disso, tentar entender em que medida a produção de EPI no Brasil traz contribuições específicas quando comparadas à produção em outros centros acadêmicos.

O argumento substantivo vem imediatamente à tona para explicar o primeiro grupo de questionamento, sobre as origens do prestígio desta combinação específica. Para esta linha de argumentação não seria possível entender os fenômenos políticos internacionais sem a devida interação com os fenômenos sociais e vice-versa. Embora seja reconhecida a importância da Economia e da Ciência Política para a compreensão dos fenômenos internacionais, não há razões de antemão para subestimarmos o desprestígio de outros fenômenos de ordem jurídica, histórica, geográfica, sociológica e assim por diante. Um exemplo digno de nota é a presença subestimada da Geopolítica nos programas de Relações Internacionais no Brasil.

A outra ordem de argumento é de natureza metodológica. A Ciência Política tomaria emprestado, nesta linha de argumento, os instrumentos metodológicos da econometria no curso da quantificação da ciência política brasileira. Os arsenais técnicos da econometria passaram a frequentar os trabalhos tanto da Ciência Política quanto das Relações Internacionais, embora com menor intensidade na segunda, na medida em que a preocupação com causalidade entrou de vez nas agendas de pesquisa.

Raízes históricas da preponderância da EPI no Brasil

É amplamente conhecido, e estudado, o fato de os diplomatas terem sido os responsáveis pela primeira geração de estudos da área de Relações Internacionais no Brasil (Fonseca Jr., 2011). Essa origem é condizente com a tradição de estudos ancorados na observação-participante e relatos de experiência vivida. À exceção de

alguns centros de excelência, como o caso da UnB, tardou para que a Universidade introduzisse a temática das relações internacionais como área de estudo consolidada.

O crescimento do campo acadêmico das Relações Internacionais no Brasil, a partir da década de 1990, deu-se fundamentalmente com base na expansão dos cursos de graduação criados por faculdades privadas⁸. Com exceção da PUC-Rio⁹, a ausência de programas de pós-graduação consolidados, frente à expansão vertiginosa da graduação, promovia uma disfuncionalidade, pois não havia pessoas com formação especializada, capazes de cobrir as necessidades do conteúdo específico que um curso de RI exige, nem pesquisas sendo desenvolvidas sobre temas internacionais (mesmo em se tomando as áreas acadêmicas afins) em densidade suficiente para consolidar tal campo¹⁰.

Essa disfuncionalidade já foi relativamente bem superada, através da intervenção do MEC, da adequação dos próprios cursos às exigências mínimas de formação do profissional de RI, da criação da ABRI¹¹, e da expansão da própria área para universidades públicas, onde a conjugação entre pesquisa e ensino certamente tem impacto significativo na criação de um ambiente acadêmico. Após mais de vinte anos, os cursos de graduação passaram por ajustes e começaram a receber profissionais mais bem qualificados, muitas vezes vindos da própria instituição de formação¹².

A emergência das relações internacionais como campo de estudo no Brasil foi marcada pela preocupação, comum ao Itamaraty, com os padrões de inserção internacional do país. Tanto o debate diplomático quanto o acadêmico foram moldados em torno de dois eixos fundamentais, da inserção dependente e da integração dependente. Embora

⁸. Atualmente 101 cursos de graduação em Relações Internacionais são credenciados no MEC. Fonte: INEP. Disponível online em: www.inep.gov.br, consulta em 24.03.2017.

⁹ O Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio criou o seu programa de mestrado em 1987. Desde então, todos os pesquisadores formados, foram incentivados a complementar sua formação, em programas de doutorado do exterior. A solidificação da área passa, necessariamente, pela PUC-Rio. Vale destacar que o curso de graduação em RI só foi criado em 2010, beneficiando-se do quadro já formado de docentes que faziam parte do IRI.

¹⁰ Para saber mais sobre o surgimento e a evolução da área de RI no Brasil, sugiro a leitura de: HIRST, Monica. "Relações Internacionais no Brasil como área de pesquisa". Micelli, Sérgio (org.). *Temas e Problemas da Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Sumaré, 1988, pp. 64-74.

¹¹ Associação Brasileira de Relações Internacionais: www.abri.org.br.

¹² Ver: Onuki, Janina. A construção da excelência acadêmica. Tavares de Almeida, Maria Hermínia (org.). **Pensando o futuro**. São Paulo: IRI-USP, pp. 7-13.

não tenha sido tipificada como uma teoria propriamente dita de Relações Internacionais, a *teoria da dependência* teve um papel crucial na constituição da disciplina no País. Esta pode ser a chave explicativa da centralidade da área de EPI, com suas distintas clivagens epistemológicas, nos estudos das relações internacionais do país. O impacto desta temática, como campo de estudo, foi maior na arena da política internacional do que da economia internacional.

Também é curioso o fato de que os estudos sobre diplomacia e relações internacionais no Brasil tenham sido moldados por meio da concepção de matrizes ideológicas. É evidente, neste curso, a influência do construtivismo na constituição do campo. Prestigia-se, nesta trajetória, o papel das ideias na constituição de modelos de inserção internacional (Keohane and Goldstein, 1993). Esta origem explica, a um só tempo, a relevância da combinação entre economia e política na constituição do campo interdisciplinar, mas também a manifestação das suas diversas linhagens epistemológicas. Daí pode-se dizer que não há uma EPI e sim várias EPIs. E os programas acadêmicos refletem esta divisão.

Economia Política Internacional como área eminentemente interdisciplinar

Apresentadas a origem e evolução da EPI no interior das Relações Internacionais, como foi feito nas seções anteriores, cabe-nos examinar o *locus* disciplinar da produção atual da subárea. A proposta reside em conhecer como se distribui, entre as áreas do conhecimento, a produção mundial de EPI.

Seria muito difícil aferir a produção da EPI com base no pertencimento disciplinar dos seus autores ou nos departamentos acadêmicos nos quais esta produção ocorre. É preciso, em ambos os casos, ter um alto nível de informação. Mais exequível, tal como foi feito, é verificar o destino disciplinar dos periódicos onde a produção de EPI aparece. Este dado funciona como uma *proxi* de quem produz EPI do ponto de vista disciplinar.

Para tanto foi feito um levantamento na base de dados *Web of Science*¹³, desde a origem do registro até 2016, sobre a classificação disciplinar da produção de EPI. Os

¹³ **Web of Science**. Consulta online [<https://www.webofknowledge.com/>], em 21.02.2017.

resultados mostram, em primeiro lugar, a presença de EPI em campos disciplinares muito diversos, distribuídos em três macroáreas do conhecimento (humanidades, exatas e biológicas). O levantamento mostrou a presença de EPI, em nada menos que 100 áreas ou subáreas disciplinares.

Não cabe aqui mostrar, em detalhes, quais são essas áreas. Mas a segunda evidência deste levantamento diz respeito ao fato de que, embora haja registro da produção de EPI em um grande número de áreas e subáreas disciplinares, há uma grande concentração em três áreas principais (Ciência Política, Economia e Relações Internacionais). Como se pode ver na tabela 1, abaixo, 46,74% dos trabalhos de EPI produzidos concentraram-se nessas três áreas. Em termos absolutos isso significa 3.658 trabalhos num universo de 7.826. A tabela evidencia, além disso, um claro equilíbrio entre as áreas de Ciência Política e Economia, com leve preponderância para a primeira.

Tabela 1: A produção da EPI entre as áreas do conhecimento.

Posição	Área	Número
1	Ciência Política	1255
2	Economia	1232
3	Relações Internacionais	1171
4	Planejamento	375
5	Geografia	301
6	Estudos de Área	283
7	Estudos ambientais	268
8	Negócios	230
9	Administração	229
10	Sociologia	196
11	Ciências sociais interdisciplinares	169
12	Administração Pública	135
13	Direito	135
14	História	130
15	Outras áreas	1717
	Total	7826

Fonte: Web of Science (2016).

É digno de registro a presença relativamente expressiva dos periódicos de Geografia e de Estudos de Área dentre as disciplinas mais recorrentes na produção de EPI.

Somados, os estudos deste perfil representam em termos absolutos 584 trabalhos num universo total de 7826, ou, em termos percentuais, pouco menos de 7,5%. Para se ter uma ideia da importância desses valores, basta compararmos com a produção de EPI em periódicos de Direito, considerada uma das áreas pilares das Relações Internacionais. Apenas 135 estudos, ou 1,72% do universo total de estudos de EPI, aparecem em periódicos do Direito.

O quadro não muda ao substituir a consulta geral sobre a presença das três palavras no campo de busca (economia/política/internacional) para a consulta específica “economia política internacional”. O universo de análise, neste caso, cai de 7826 trabalhos para 1290 trabalhos.

Como se pode ver na tabela 2, não há muita variação quanto ao destino da produção de EPI em termos de áreas disciplinares. De forma geral são as mesmas áreas recorrentes. Há, contudo uma inversão de ordem das três primeiras disciplinas mais recorrentes, sendo que nesta consulta mais específica a disciplina de RI é a mais recorrente, ficando a Ciência Política em segundo plano e a Economia em terceiro. Evidencia-se, mais uma vez, a importância dos estudos de área e Geografia como destino da produção de EPI.

Tabela 2: A produção da Economia Política (combinação específica) entre as áreas do conhecimento.

Área	Número	Percentual (%)
Relações Internacionais	363	28.14
Ciência Política	355	27.52
Economia	194	15.04
Geografia	42	3.26
Planejamento	38	2.95
Sociologia	27	2.09
Estudos de Área	27	2.09
Ciências Sociais	25	1.94
Meio-ambiente	25	1.94
Administração Pública	22	1.71
Outras	172	13.33

Total (100%)	1290	
---------------------	-------------	--

Fonte: Web of Science (2016).

Como veremos na seção a seguir, uma parcela dos Estudos de Área foi articulada, do ponto de vista metodológico, a partir de instrumentos da EPI. Isso explica a presença relativamente importante da EPI nos estudos de área.

Com base nesses dados podemos concluir dois aspectos fundamentais sobre a relação entre EPI e RI. A primeira é a natureza constitutiva de caráter eminentemente interdisciplinar da área de EPI. A segunda é a concentração expressiva nas três áreas que constituem o campo (ciência política, economia e relações internacionais).

EPI nos programas de graduação e pós-graduação no Brasil

A EPI é um exemplo muito claro da estrutura interdisciplinar da pluralidade. Um mapeamento dos programas de graduação e pós-graduação no Brasil mostra, em última instância, a diversidade como a subárea é entendida no País. Há grande variabilidade tanto de ordem substantiva (temas e objetos de pesquisa) quanto epistemológica.

O elemento unificador da EPI como campo de estudo é a articulação entre fatores econômicos e políticos. No mais, as subcorrentes de EPI são derivações diretas das correntes teóricas de relações internacionais as quais se filiam. Pode-se dizer, neste sentido, que a EPI tem natureza distinta se derivarem das abordagens, institucionalista, realista, marxista, construtivista, teoria crítica e assim por diante. É por essa razão que os departamentos/instituições têm perfis distintos.

As variações constitutivas da EPI entre instituições e departamentos evidenciam também no plano substantivo, ou seja, no nível de análise e objeto de pesquisa. Enquanto alguns departamentos prestigiam a participação de atores não-governamentais na condução de formação de política internacional outros enfatizam o tema da governança regional e global.

Os dados abaixo mostram a distribuição do ensino e pesquisa da EPI nos programas de graduação e pós-graduação, tomando por base as dimensões metodológicas e substantivas.

O Instituto de Relações Internacionais da USP é um bom exemplo de programa de pós-graduação que conferiu centralidade ao ensino e pesquisa de EPI a partir de um modelo interdisciplinar. A EPI é parte constitutiva de duas disciplinas obrigatórias do programa de pós do Instituto (*Economia Política Internacional* e *Questões Normativas das Relações Internacionais – Estudos Teóricos e Empíricos sobre a Governança Global*). É também uma das linhas de pesquisa do Instituto.

O futuro da área de EPI: desafios interdisciplinares

A Economia Política Internacional sofre, essencialmente, os mesmos desafios das áreas e campos interdisciplinares. Embora a interdisciplinaridade seja amplamente defendida nos debates acadêmicos, nem sempre é de fácil implementação. É sempre difícil a articulação de campos disciplinares com lógicas científicas distintas. Um desafio importante é superar essa barreira.

O sintoma de disfuncionalidade mais recorrente na implementação da EPI como campo de estudo é a disputa sobre a dominância de uma disciplina sobre outra, como forma de legitimação. Expressão disto são afirmações de que a EPI só é validada se for feita com bases nos métodos econômicos por meio da articulação substantiva com a política, ou o inverso. Uma forma de superação deste impasse é que os objetos de pesquisa sejam distribuídos por meio temático ou por “áreas geográficas”, na linha dos estudos de área.

Nesta ordem de argumento, é importante considerar as várias matizes epistêmicas na EPI. Como se viu no texto, existe uma gama extensa de matizes derivadas de correntes teóricas distintas dentro dos campos disciplinares que constituem a EPI. Explorar essas distintas vertentes e matizes tende a conferir poder analítico para a EPI e, em consequência para as Relações Internacionais.

Outro desafio importante é a incorporação do Direito nesta articulação. Como se viu no mapeamento apresentado previamente, há um déficit importante da presença de estudos de Direito na construção da EPI, que conta majoritariamente com Ciência Política, Economia e Relações Internacionais. É fundamental, neste sentido, que as pesquisas incorporem em suas análises os tipos de arranjos jurídicos nas constituições

de instituições, regimes e regras internacionais. Não há, neste sentido, contradição na inserção dos aspectos jurídicos nas análises de EPI.

É importante ter em tela a relação entre a pesquisa pura e aplicada da EPI no campo das Relações Internacionais. Uma vez mais, a área só tem a ganhar se perseguir a tônica de pluralidade também nesta matéria, até porque há um claro processo de retroalimentação entre esses dois tipos de pesquisa.

Por fim, é fundamental a discussão sobre qual o papel da EPI brasileira no marco da produção de EPI mundial. O papel evidente, porém, de pouca envergadura, é a utilização do Brasil como estudo de caso a fim de se testar hipóteses da literatura internacional de EPI. Vale, neste sentido, visitar as discussões encaminhadas por Andrew Hurrell a respeito da difusão de poder e papel dos poderes emergentes (Hurrell, 2010, 2103). Está implícito, na argumentação de Hurrell, que a força dos conceitos é proporcional à força dos países de origem nos quais esses conceitos são forjados.

De forma resumida, podemos apontar os desafios da construção interdisciplinar da EPI nos seguintes níveis: articulação substantiva e metodológica no marco interdisciplinar, promoção de estudos de área em perspectiva comparada, maior articulação com outros campos de estudo e equilíbrio entre a pesquisa pura e aplicada.

Referências Bibliográficas

Bates, Robert (1997). Area Studies and the Discipline: A Useful Controversy? **PS: Political Science and Politics**, vol. 30, nº 2, June, pp. 166-169.

Cohen, Benjamin J. (2008). **International Political Economy. An Intellectual History**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 213p.

Fonseca Jr., Gelson (2011). **Diplomacia e Academia: um estudo sobre as análises acadêmicas sobre a política externa brasileira na década de 70 e sobre as relações entre o Itamaraty e a comunidade acadêmica**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 220p.

Goldstein, Judith L., Rivers, Douglas and Tomz, Michael (2007). Institutions in International Relations: Understanding the Effects of the GATT and the WTO on World Trade. **International Organization**, vol. 61, n° 1, Winter, pp. 37-67.

Gunder Frank, André (1983). **Reflexões sobre a crise econômica mundial**. São Paulo: Zahar.

Huntington, Samuel (1992). *Revista Política Externa*.

Hurrell, Andrew (2007). **On Global Order. Power, Values, and the Constitution of International Society**. New York: Oxford University Press, 336p.

Hurrell, Andrew (2010). Brazil and the New Global Order. [Current History](#), vol. 109, February.

Hurrell, Andrew (2013). Narratives of emergence: Rising powers and the end of the Third World? **Brazilian Journal of Political Economy**, vol. 33, n° 2, April-June, pp. 203-221.

Kahler, Miles (2004). Defining accountability up: The Global Economic Multilaterals. **Government and Opposition** – An International Journal of Comparative Politics, vol. 39, n° 2, Spring, pp. 132-158.

Katzenstein, Peter (1976). International relations and domestic structures: Foreign economic policies of advanced industrial states. **International Organization**, vol. 30, n° 1, pp. 1-45.

Keohane, Robert and Goldstein, Judith (1993). **Ideas and Foreign Policy: Beliefs, Institutions, and Political Change**. [Cornell Studies in Political Economy](#). Ithaca, NY: Cornell University Press, 308p.

Lake, David (2006). International Political Economy: A Maturing Interdiscipline. In: Barry R. Weingast and Donald A. Wittman (eds.). **The Oxford Handbook of Political Economy**. New York: Oxford University Press, pp. 757–777.

Martin, Lisa (2000). **Democratic Commitments: Legislatures and International Cooperation**. Princeton: Princeton University Press.

Martin, Lisa L. (ed.), (2015). **The Oxford Handbook of the Political Economy of International Trade**. Oxford, UK: Oxford University Press, 577p.

Milner, Helen (1997). **Interests, Institutions, Information. Domestic Politics and International Relations.** Princeton: Princeton University Press.

Milner, Helen (1998). International Political Economy: Beyond Hegemonic Stability. **Foreign Policy**, n° 110, Special Edition: Frontiers of Knowledge, Spring, pp. 112-123.

Putnam, Robert (1988). Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games. **International Organization**, vol. 42, n° 3., July, pp. 427-460.

Rogowski, Ronald (1989). **Commerce and Coalitions: How Trade Affects Domestic Political Alignments.** Princeton, NJ: Princeton University Press.

Simmons, Beth A. and Elkins, Zachary (2004). The Globalization of Liberalization: Policy Diffusion in the International Political Economy. **The American Political Science Review**, vol. 98, n° 1, February, pp. 171-189.

Slaughter, Annie-Marie, Tulumello, Andrew S. and Wood, Stepan (1998). International Law and International Relations Theory: A New Generation of Interdisciplinary Scholarship. **The American Journal of International Law**, n° 92, pp. 367-397.

Snidal, Duncan (1985). The Limits of Hegemonic Stability Theory. **International Organization**, vol. 39, n° 4, Autumn, pp. 579-614.

Sten, Rynning and Guzzini, Stefano (2002). **Realism and Foreign Policy Analysis.** Mimeo.

Stiglitz, Joseph E. (2002). **Globalization and its Discontents.** New York: W.W. Norton.

Thompson, Grahane (2007). Globalization versus Regionalism? **The Journal of North African Studies**, vol. 3, n° 2.

Tickner, Arlene B. and Waever, Ole (eds.) (2009). **International Relations. Scholarship Around the World.** New York: Routledge.

Wallerstein, Immanuel M. (2004). **World-systems analysis: An introduction.** Durham, NC: Duke University Press, 128p.

Weingast, Barry R. and Wittman, Donald A. (eds.) (2006). **The Oxford Handbook of Political Economy.** Oxford, UK: Oxford University Press, 1112p.